



ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

1 Ata da Assembleia geral extraordinária da Associação dos Docentes da Universidade
2 Estadual do Sudoeste da Bahia - ADUSB, realizada aos dezessete dias do mês de
3 dezembro de dois mil e quinze, iniciada às 14 horas e 30 minutos no auditório Juvino
4 Oliveira, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de Itapetinga, em
5 segunda convocação, presidida por Márcia Santos Lemos (presidente), Alexandre
6 Galvão Carvalho (diretor sindical) e Patrícia Cara (vice-presidente regional), onde
7 estiveram presentes os quatorze assinantes da lista de presença em anexo, com a
8 seguinte pauta aprovada: 1. Informes; 2. Pauta de reivindicações 2016; 3. Ataques aos
9 direitos trabalhistas: corte do adicional de insalubridade, PEC 148/15, PL 21.624/15 e
10 PL 21.631/15; 3.1. Avaliação e encaminhamentos; 4. Pauta do CONSU; 4.1 Proposta
11 orçamentária 2016; 4.2 Minuta de resolução que trata sobre contenção de despesas; 4.3
12 Minutas de resolução CONSU do NIT/UESB. **1. Informes.** Márcia Lemos, em nome da
13 diretoria, prestou alguns informes. Informou sobre as atividades referentes à semana de
14 paralisação, com um ato público para trancamento dos portões da Universidade,
15 concessão de entrevistas à imprensa sobre as implicações dos projetos do governo na
16 vida dos servidores públicos e alunos, caso sejam aprovados. No dia 09 de dezembro,
17 docentes, técnicos e estudantes participaram de um grande ato conjunto do
18 funcionalismo público da Bahia na Assembleia Legislativa e garantiram o adiamento da
19 apreciação do PL 21.631/15 e da PEC 148/15. Em Jequié, no dia 8, docentes e
20 estudantes de Jequié percorreram o centro da cidade em passeata pela defesa do serviço
21 público e contra o corte do adicional de insalubridade. Após o ato na Assembleia
22 Legislativa, na quinta-feira dia 10, a comunidade acadêmica promoveu atividades
23 culturais e se reuniu em frente à sede da Adusb para avaliar as mobilizações. Na manhã
24 da sexta-feira (11), professores(as) de Jequié doaram sangue em prol da educação
25 pública. Em Itapetinga, professores(as) apoiaram a manifestação dos(as) estudantes
26 contra o aumento da tarifa do transporte municipal, realizada no dia 8 de dezembro às
27 8h, e promoveram aula pública na Alameda Rui Barbosa, para denunciar o “pacote de
28 maldades” e a crise orçamentária vivenciada pelas Universidades Estaduais. Para
29 finalizar a semana, foi realizado o Cine Adusb, com a exibição do filme Tempos
30 Modernos, no auditório da Coopardo no dia 11 de dezembro. **2. Pauta de**
31 **reivindicações 2016.** Após longas discussões, o Fórum das ADs apresentou a proposta
32 de quatro itens como reivindicações do Movimento Docente para o ano que vem. A
33 pauta histórica de 7% da receita líquida de impostos (RLI) para o orçamento das
34 Universidades foi mantida pela compreensão de que não há como garantir direitos

35 trabalhistas, ensino, pesquisa e extensão sem mais recursos para as Instituições.
36 Permanece também a luta pelo respeito aos direitos trabalhistas, como promoções,
37 progressões e mudanças de regime de trabalho. O reajuste no salário-base de 15,5% foi
38 calculado considerando as perdas inflacionárias em 2016 e a política de recuperação
39 salarial dos últimos oito anos. O Movimento defende ainda a alteração do quadro
40 docente com sua desvinculação de vagas por classe, com objetivo de assegurar direitos
41 trabalhistas e autonomia para gestão das vagas. A pauta foi avaliada pela categoria
42 como factível, diante do cenário político difícil apresentado para 2016, e avançada ao
43 propor ganhos para as Universidades e a categoria. Com um pequeno ajuste de texto, a
44 proposta do Fórum das ADs foi aprovada por unanimidade pela categoria. **3. Ataques**
45 **aos direitos trabalhistas: corte do adicional de insalubridade, PEC 148/15, PL**
46 **21.624/15 e PL 21.631/15.** Márcia Lemos prestou os informes da diretoria sobre o
47 ponto. Informou sobre a manifestação realizada no dia 09 de dezembro na Assembleia
48 Legislativa da Bahia, onde estudantes e professores das Universidades Estaduais da
49 Bahia foram ameaçados e agredidos fisicamente pela Polícia Militar e seguranças da
50 ALBA. No período da manhã, o funcionalismo denunciou o ataque aos direitos
51 trabalhistas e o sucateamento do serviço público. Durante a tarde, os servidores
52 decidiram acompanhar a sessão, na qual seriam apreciados os PLs e a PEC. Contudo,
53 foram surpreendidos pela enorme dificuldade para ocupar as galerias da ALBA. Um
54 forte esquema de segurança, com grades de contenção por todo prédio e ostensivo
55 aparato policial, foi criado para impedir o acesso à “Casa do Povo”. A Assembleia
56 Legislativa da Bahia demonstrou sua incapacidade política para debater as matérias com
57 a presença da população. Os deputados, na sua maioria, completamente subordinados às
58 vontades do governador Rui Costa, se mantiveram alheios aos interesses da classe
59 trabalhadora. Servidores públicos e estudantes, que realizavam manifestações pacíficas,
60 foram desrespeitados, constrangidos e reprimidos violentamente pelo governo
61 simplesmente por lutarem por seus direitos. A defesa da democracia, tão aclamada pelos
62 deputados da Casa, foi utilizada como justificativa para tentar retirar manifestantes do
63 plenário usando a força policial, legitimada pelo Presidente da Casa e por toda a base
64 Governista, que nada fez para impedir que professores e alunos fossem agredidos
65 fisicamente. O Movimento não se deixou intimidar pela violência e se recusou a
66 abandonar o prédio. Com a forte pressão exercida sobre os deputados, a votação do PL
67 21.631/15 e da PEC 148/15 foi adiada. A previsão é de que a proposta de emenda
68 constitucional seja votada em primeiro turno no dia 15 de dezembro e segundo em 7 de
69 janeiro de 2016, quando também está prevista a votação do PL 21.631/15. Contudo, é
70 preciso ficar alerta, pois como os regimes de urgência e prioridade foram aprovados em
71 1º de dezembro, os deputados podem convocar sessão extraordinária a qualquer
72 momento para a apreciação dos projetos. Com a suspensão da votação, os projetos
73 foram encaminhados para as comissões da ALBA para discussão. Ainda no dia 9,
74 professores presentes na Assembleia Legislativa abordaram o líder do governo,
75 deputado Zé Neto, e questionaram o corte arbitrário do adicional de insalubridade,
76 realizado pelo governo em novembro e também cobraram agilidade na tramitação dos
77 pedidos de revisão. O parlamentar admitiu a gravidade da situação e se comprometeu a
78 acompanhar junto à Secretaria de Administração o julgamento dos processos. Apesar do

Alto

79 adiamento da votação de alguns pls, o projeto de lei 21.624/15, que cria o programa de
80 permanência estudantil foi aprovado por unanimidade. A proposta impede o vínculo
81 empregatício e não contempla todo tempo de curso. Na tentativa de barrar a aprovação
82 do projeto, discentes ocuparam a sala de imprensa, onde foram agredidos(as) por
83 policiais e seguranças da Casa. Professores(as) da Uesb que estavam do lado de fora
84 também foram empurrados(as) enquanto tentavam acessar o local para socorrer os(as)
85 estudantes. A AduSB divulgou uma moção de repúdio à violência da Polícia Militar e da
86 Segurança da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), a mando do presidente da
87 ALBA, deputado Marcelo Nilo, com a conivência dos parlamentares da base governista,
88 durante o ato público do dia 9 de dezembro de 2015. O sindicato parabeniza estudantes,
89 professores(as) e servidores(as) que partiram para enfrentamento com o governo e se
90 mantiveram firmes contra seus ataques. **3.1. Avaliação e encaminhamentos.** A
91 assembleia avaliou que o envio do “pacote de maldades” para a Assembleia Legislativa,
92 o corte do adicional de insalubridade e outros ataques aos direitos trabalhistas são parte
93 de um projeto maior de sucateamento do serviço público e sua privatização. A categoria
94 e os demais servidores públicos não podem abrir qualquer brecha para o avanço de tal
95 projeto. Diante dessa avaliação, foram aprovados os seguintes encaminhamentos pela
96 assembleia: 1) Sobre insalubridade: manutenção das ações jurídicas, políticas e
97 administrativas para o restabelecimento dos pagamentos do adicional; criar material
98 sobre a importância do debate qualificado e da ocupação dos espaços democráticos da
99 Universidade, como o Conselho Superior; reivindicar junto à reitoria uma equipe
100 responsável por instruir a construção dos processos de revisão e enviá-los com agilidade
101 para o governo. 2) Sobre a PEC 148 e PL 21.631: indicativos para o Fórum das ADs de
102 produção de uma campanha de mídia de denúncia aos ataques trabalhistas e a violência
103 sofrida por professores e servidores na Assembleia Legislativa durante o dia 9 de
104 dezembro; vigília na ALBA para acompanhar a tramitação do “pacote de maldades”;
105 discutir construção de uma greve geral do serviço público e dos três segmentos das
106 Universidades Estaduais; ação popular contra as medidas do governo; construção de ato
107 público em Salvador durante a votação do 2º turno da PEC 148. 3) Sobre a Permanência
108 Estudantil, propor ao CONSU uma moção de repúdio a aprovação do PL 21.624/15 que
109 instituiu o Programa Estadual de Permanência Estudantil; reivindicar que a
110 regulamentação do programa seja feita com representação estudantil e institucional,
111 com previsão de valores de bolsas e outras questões apontadas pelos estudantes como
112 problemáticas do projeto; ingresso com ação ou petição popular contra o programa de
113 permanência estudantil. **4. Pauta do CONSU; 4.1 Proposta orçamentária 2016; 4.2**
114 **Minuta de resolução que trata sobre contenção de despesas; 4.3 Minutas de**
115 **resolução CONSU do NIT/UESB.** Devido à suspensão da reunião do Conselho
116 Superior da UESB, prevista para o dia 21 de dezembro, a assembleia decidiu por
117 suspender a discussão dos pontos referentes ao CONSU para elaboração de pareceres
118 sobre os documentos e aprofundamento do debate sobre as questões polêmicas. Nada
119 mais havendo a tratar, às 18 horas, eu, Cleide de Lima Chaves, secretária geral, lavro
120 esta ata que será assinada por mim e pela presidenta Márcia Santos Lemos.

Cleide de Lima Chaves
Márcia Santos Lemos